



**Sobre a Avaliação da Coleção
numa Biblioteca Escolar:
planeamento, procedimentos e métodos**

Pedro Miguel Gonçalves

2021

Sobre a Avaliação da Coleção numa Biblioteca Escolar – planeamento, procedimentos e métodos.

Pedro Miguel Gonçalves – Mestrando em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares
Orientação – Prof.^a Ana Isabel Vasconcelos

Departamento de Educação e Ensino a Distância
Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001, Lisboa, Portugal

Outubro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.34627/t2xz-dt92>



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Introdução

O presente texto centra-se na problemática da Avaliação da Coleção de uma Biblioteca Escolar. O seu propósito é providenciar orientações claras para quem precisa de realizar uma avaliação da coleção, ou parte dela, numa Biblioteca Escolar. Apesar de uma componente necessariamente teórica, o texto tem uma faceta prática, pois pretende assegurar uma função de manual prático na implementação e execução da avaliação da coleção. Deste modo, dão-se aqui indicações quanto ao modo de a planear, enumeram-se os procedimentos a realizar (fundamentando a sua pertinência) e, por fim, identificam-se os métodos principais, com as suas vantagens e desvantagens, para executar a dita avaliação.

Este texto foi inicialmente concebido no plano do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares da Universidade Aberta em 2021. Foi concebido como Trabalho Final no âmbito da Unidade Curricular *Desenvolvimento e Gestão de Coleções* sob a orientação da Prof.^a Ana Isabel Vasconcelos. Publica-se agora por convite da docente ao seu autor.

Em virtude das preocupações de índole prática que incorporam este texto, convém deixar uma advertência. Para facilitar a escolha dos métodos a usar na avaliação de coleções por parte de um eventual utilizador, foi privilegiada a tradução livre para português da informação que consta nas vantagens e desvantagens dos métodos, sobretudo proveniente de “Guide to the evaluation of library collections” da ALA (1989). Portanto, foram intencionalmente reduzidas ao mínimo as citações na língua original, de modo a evitar que se constituam como barreiras ao uso prático do texto.

ÍNDICE

1. Avaliação de Coleções

1.1. Distinção entre ‘Avaliação da Biblioteca’ e ‘Avaliação da Coleção’	5
1.2. Avaliação: qualidade ou funcionalidade?	5
1.3. Pontos fortes e Pontos fracos	6

2. Planeamento e Procedimentos da Avaliação de Coleções

2.1. Um processo contínuo	7
2.2. Pressupostos ao planeamento da avaliação	7
2.2.1. Conhecer os clientes da biblioteca (público)	7
2.2.2. Política de desenvolvimento da coleção	7
2.2.3. Planificação formal da avaliação	8
2.3. Procedimentos necessários para conceber o plano	8
2.3.1. Definir os objetivos da avaliação	8
2.3.2. Formular as hipóteses de trabalho	8
2.3.3. Estabelecer os destinatários do relatório de avaliação	8
2.3.4. Determinar os dados a obter	9
2.3.5. Selecionar a metodologia a usar na recolha de dados	9
2.3.6. Selecionar a metodologia a usar na análise de dados	9
2.3.7. Definir a amostra da análise	9
2.3.8. Comparabilidade de resultados	9
2.3.9. Decisão sobre a forma de apresentar os resultados	10
2.3.10. Documentar todo o processo	10
2.3.11. Estimativa dos custos, duração e recursos humanos	10
2.3.12. Estudo-piloto	10
2.4. Plano de Avaliação e as suas fases	11
2.4.1. Fase Conceptual	11
2.4.2. Fase Metodológica	11
2.4.3. Fase Empírica	12
2.5. Relatório da Avaliação	12
2.6. Recomendações do Relatório	12

3. Métodos de Avaliação de Coleções

3.1. Instruções para seleção de métodos	13
3.1.1. Perspetiva quantitativa e perspetiva qualitativa	13
3.1.2. Questões de natureza ética	14
3.2. Métodos centrados no uso	14
3.2.1. Estudos de circulação	14
3.2.2. Estudos de consulta <i>in situ</i>	14
3.2.3. Inquéritos de opinião	15
3.2.4. Estudos da disponibilidade na prateleira	15
3.2.5. Estudos do empréstimo interbibliotecário	16
3.2.6. Estudos da citação (simulação do uso)	16
3.2.7. Teste de entrega de documento (simulação do uso)	16
3.3. Métodos centrados na coleção	17
3.3.1. Comparação com listas	17
3.3.2. Exame direto da coleção	17
3.3.3. Comparações estatísticas	18
3.3.4. Aplicação de normativas	18
3.4. Tendências atuais na avaliação da coleção	18
3.4.1. Mapeamento quantitativo da coleção (<i>collection mapping</i>)	19
4. Bibliografia	20

1. Avaliação de Coleções

1.1. Distinção entre ‘Avaliação da Biblioteca’ e ‘Avaliação da Coleção’

Quando se fala em Avaliação no contexto das Bibliotecas Escolares, há o risco de não se saber ao certo do que se está a falar. Na verdade, há que distinguir entre dois tipos distintos de avaliação: a avaliação da biblioteca enquanto serviço geral e a avaliação específica da coleção da biblioteca.

A ‘Avaliação da Biblioteca’ diz respeito ao funcionamento geral da Biblioteca Escolar enquanto serviço prestado a uma comunidade e compreende, portanto, tudo o que diz respeito aos espaços, ao equipamento, aos recursos humanos, às atividades desenvolvidas de acordo com um programa e, claro está, à coleção de documentos.

A ‘Avaliação da Coleção’ diz respeito especificamente à análise dos componentes de uma coleção de biblioteca de modo a constatar a sua qualidade e eficácia. Segundo Sánchez de Boado, a avaliação da coleção consiste no “conjunto de estudios y operaciones que la biblioteca lleva a cabo para comprobar hasta qué punto la colección que ofrece responde a las necesidades de sus principales grupos de usuarios” (Sánchez de Boado, 2002, p.245). Portanto, a ‘Avaliação da Coleção’ é apenas uma parte específica da avaliação de uma biblioteca.

A avaliação da biblioteca é uma necessidade permanente, porque manter uma biblioteca tem sempre custos. Ora, os responsáveis por uma biblioteca pretendem ter a certeza que o serviço vale o dinheiro que se investe nele, por conseguinte estão sempre preocupados em verificar se também a coleção rende o que nela se investe. Deste modo, os responsáveis pelas bibliotecas “se interesan en gran manera por analizar y valorar el rendimiento de sus servicios de biblioteca e información” (Sánchez de Boado, 2002, p.246) e, naturalmente, “la colección constituye un factor esencial para poder dar el rendimiento deseado” (*Idem*, p.246). Portanto, a qualidade da coleção contribuirá para o aumento do rendimento do serviço de uma biblioteca.

1.2. Avaliação: qualidade ou funcionalidade?

O conceito de qualidade numa biblioteca mudou profundamente nos últimos anos. Se no passado se reconhecia a qualidade de uma biblioteca em virtude do número de livros, das áreas temáticas que cobriam e da raridade dos seus exemplares, apostando-se por isso em listas e catálogos que tornavam evidente essa qualidade (física, quantitativa), hoje a qualidade de uma biblioteca consiste na sua capacidade em responder às necessidades dos seus utilizadores. Segundo Peggy Johnson, “although librarians tend to think of collection analysis as measuring the collection’s quality [...], the real intent is to measure the collection’s utility or how well it is satisfying its purpose” (Johnson, 2004, p.269). Quanto maior for o grau de adequação da coleção às necessidades dos utilizadores, mais funcional será, mais próxima estará dos objetivos que levaram à constituição da coleção.

Peggy Johnson faz a este propósito um comentário irónico: “The collection developed to serve an elementary school is not an appropriate or good collection for a high school, a collection serving a two-year technical college is not a good collection for a university with many graduate programs and professional schools, and a collection developed to meet the needs of an electrical engineering firm is not a good collection for a teaching hospital” (Johnson, 2004, p.270). É o grau de utilidade e funcionalidade que determina a qualidade de uma coleção. Portanto, no paradigma atual da Gestão de Coleções e do Desenvolvimento de Coleções, o real propósito de se proceder à avaliação da coleção é determinar a sua performance funcional.

1.3. Pontos fortes e Pontos fracos

A consequência maior, apesar de poder haver outras, dessa clarificação quanto ao grau de adequação da coleção às necessidades do utilizador é a identificação de pontos fortes e pontos fracos na coleção. Clayton & Gorman (2001) consideram que avaliar uma coleção consiste, precisamente, em desvelar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. Segundo Sánchez de Boado, pretende-se “detectar los puntos fuertes y débiles de nuestra colección, con objeto de reforzar los primeros y de tomar decisions también respecto a los segundos” (Sánchez de Boado, 2002, p.247). Esta deteção de áreas fracas e áreas fortes tem repercussões diretas na coleção, pois essas noções vão orientar a atuação subsequente à avaliação.

2. Planeamento e Procedimentos da Avaliação de Coleções

2.1. Um processo contínuo

A avaliação da coleção tem que ser vista como um processo ininterrupto, pois, no momento em que esse cuidado cessa, a coleção fica desatualizada e deixa de corresponder às necessidades, sempre atuais, dos leitores. Por isso a recolha de dados estatísticos nunca cessa. No entanto, a avaliação da coleção assume uma feição visível quando se abrem processos formais de avaliação, que terão de acontecer com alguma regularidade.

2.2. Pressupostos ao planeamento da avaliação

Um processo de avaliação da coleção não pode deixar de assumir e controlar três pressupostos fundamentais: primeiro, conhecer o público a que se destina a coleção; segundo, enquadrar-se dentro das definições da Política de Desenvolvimento da Coleção (nomeadamente, dentro do espírito da missão, metas e objetivos da biblioteca); terceiro, partir de um plano formal da avaliação.

2.2.1. Conhecer os clientes da biblioteca (público)

O pressuposto primeiro, e mais básico, que o gestor da coleção (ou equipa) deve ter em consideração antes de desencadear um processo de avaliação da coleção é melhorar o conhecimento que tem dos seus clientes. Como diz Sánchez de Boado, o responsável pela biblioteca deve “procurar obtener un conocimiento, lo más detallado posible, de quiénes y cómo son sus clientes; ello presupone la necesidad de poner en juego toda la información disponible: por un lado, los datos estadísticos y sociológicos recogidos [...] y, por otro, la información obtenida por la propia biblioteca como resultado, tanto de la observación reiterada del comportamiento de los usuarios” (Sánchez de Boado, 2002, p.247).

2.2.2. Política de desenvolvimento da coleção

Um processo de avaliação também não pode desencadear-se sem consultar primeiro a Política de Desenvolvimento da Coleção, afinal o documento central da biblioteca, onde está identificada a missão, as metas e objetivos da biblioteca, bem como identificados os responsáveis pelas aquisições e pela avaliação da coleção. O modo de entender a adequação da coleção ao seu público está imediatamente dependente daquelas metas e objetivos. De acordo com Sánchez de Boado, é necessário partir da política de desenvolvimento da coleção “y habrá de asegurar la coherencia de éste y de todos los otros documentos y decisiones relacionadas con la colección” (Sánchez de Boado, 2002, p.248). Portanto, iniciar um processo de avaliação da coleção sem consultar a Política de Desenvolvimento da Coleção poderá dar origem a incoerências entre documentos pertencentes a uma mesma instituição.

2.2.3. Planificação formal da avaliação

O processo de avaliação da coleção tem de ser cuidadosamente planificado, criando um documento escrito formal onde estão previstos todos os passos do processo, mesmo que possa parecer, à primeira vista, uma perda de tempo. Um processo de avaliação é lento, difícil, que não deixa de ter custos inerentes, pelo que a preparação de tudo o que possa vir a acontecer durante a avaliação é uma enorme providência com a conseqüente poupança de tempo e de dinheiro.

2.3. Procedimentos necessários para conceber o plano

De acordo com as indicações de vários peritos em Avaliação de Coleções e, nomeadamente, as indicações da *American Library Association* (ALA), um bom planeamento do processo de avaliação terá de passar pelos seguintes passos. Os vários procedimentos que aqui se apontam são procedimentos a realizar durante as fases conceptual e metodológica do plano de avaliação, ou seja, antes do começo da avaliação propriamente dita.

2.3.1. Definir os objetivos da avaliação

O primeiro passo é clarificar a finalidade imediata da avaliação que se vai empreender. Mesmo sabendo que, em geral, uma avaliação pretende revelar o estado de adequação da coleção às necessidades dos utilizadores, na verdade a avaliação pode ter, dentro do objetivo geral, objetivo(s) específico(s), isto é, determinados aspetos que queremos analisar. Eis alguns exemplos: verificar se determinada subclasse da coleção tem vindo a ser utilizada nos últimos dois anos; verificar qual a idade média das obras na área da Filosofia; verificar o estado de conservação das obras de Literatura Infantil, etc. Assim, conforme estas nuances de intencionalidade serão selecionados os métodos de avaliação, o modo de apresentação dos dados e a própria redação final do relatório.

2.3.2. Formular as hipóteses de trabalho

Pode acontecer que quando o responsável da biblioteca decide fazer uma avaliação da coleção já tenha uma suspeita, uma intuição, do que se passa com a coleção. Então, pode estruturar essa suspeita, formulando-a como hipótese de trabalho, que tanto se poderá confirmar na recolha de dados como não. É sempre melhor formular a hipótese, claramente, do que manter em silêncio essa intuição, na medida em que poderá transformar-se num preconceito que poderá minar o sucesso da investigação. Neste contexto Clayton & Gorman (2007) alertam que se devem ler os relatórios de avaliação anteriores e analisar os dados então recolhidos, pois podem proporcionar *insights* interessantes e pistas para formular novas hipóteses de trabalho na nova avaliação.

2.3.3. Estabelecer os destinatários do relatório de avaliação

Ao preparar a avaliação, é importante ter presente a quem se vão apresentar os resultados, pois para ter a certeza que se vão proporcionar todos os elementos de perceção necessários a quem

vai ler o relatório é preciso introduzir os ingredientes necessários. Segundo Sanches de Boado, “el enfoque del informe, el tipo de datos y su redacción y presentación pueden cambiar considerablemente en función, no sólo de los objetivos de la evaluación, sino también de la audiencia del documento que la recoge” (Sánchez de Boado, 2002, p.249). Na verdade, as maneiras de perceber a realidade (e o relatório final) por parte de um político, um tecnocrata, um perito em bibliotecas ou um técnico de outra especialidade qualquer, são diferentes.

2.3.4. Determinar os dados a obter

Tendo em conta o apurado nos procedimentos anteriores, é preciso então determinar quais os dados relevantes a recolher. Não interessa recolher “tudo o que venha à rede”, interessa recolher exatamente o que precisamos. Em suma, devemos ser muito rigorosos na definição dos dados a recolher, já que tudo o que seja em excesso só servirá para atrapalhar, criando ruído na investigação.

2.3.5. Selecionar a metodologia a usar na recolha de dados

Conhecendo os propósitos da avaliação, sabendo a quem se vai apresentar o relatório e tendo já a noção de que tipo de dados se vai recolher, chega o momento de escolher as metodologias de recolha de dados. A escolha das técnicas resulta, em muito, do tipo de dados que se pretende recolher, pois cada técnica tem o seu tipo de precisão e o seu alcance. Portanto, a escolha da técnica de recolha de dados correlaciona-se intrinsecamente com o tipo de dados que se pretende recolher.

2.3.6. Selecionar a metodologia a usar na análise de dados

Logo após a questão de a recolha de dados estar decidida, é preciso decidir sobre o modo como se vai fazer a análise de dados, sabendo desde já que normalmente há uma correlação entre as técnicas de recolha e as técnicas de análise. Perante técnicas de recolha de dados quantitativas, usam-se técnicas de análise quantitativa, em geral, a análise estatística. Perante técnicas qualitativas de recolha de dados, usam-se técnicas de análise qualitativas.

2.3.7. Definir a amostra da análise

Se a coleção da biblioteca for muito ampla, ainda para mais distribuída por várias salas, edifícios e fundos, sem contar com a componente digital, é necessário selecionar uma amostra para servir de base para a avaliação, com o cuidado de a mesma ser representativa do universo de que faz parte para que possamos chegar a conclusões válidas. Mas, tratando-se de uma pequena Biblioteca Escolar (com cerca de 10 livros de média por cada aluno), então não é necessário realizar este procedimento.

2.3.8. Comparabilidade de resultados

A escolha e o uso da metodologia deverão ser feitas de tal modo que favoreça a comparabilidade de resultados, querendo com isto dizer que os resultados obtidos terão de ter uma base objetiva, segura e coerente, que permitam ser objeto de comparação com uma

anterior recolha de dados ou uma futura recolha de dados. Não havendo historial de recolha de dados, devem ter as características que permitam a comparação com os resultados de outras bibliotecas similares. Isto quer dizer que terá de haver coerência na escolha de dados a recolher e de técnicas de recolha de dados ao longo dos vários períodos de avaliação. No entanto, para que este ensejo se concretize efetivamente é necessário confiar sobretudo em métodos quantitativos.

2.3.9. Decisão sobre a forma de apresentar os resultados

Tendo em conta o que já ficou dito sobre a atenção a ter com os destinatários da avaliação, também é necessário tem em atenção a forma como se vai escrever o relatório e apresentar os resultados. O mais importante é garantir que se consegue comunicar com sucesso. Segundo Sánches de Boado, “si queremos que nuestro informe obtenga alguna atención, es importante que lo presentemos en el lenguaje más próximo a la audiencia” (Sánchez de Boado, 2002, p.250). Sendo muitos os destinatários e sendo diferentes entre si (o que normalmente não acontece numa BE), deverão ser preparadas versões diferentes do relatório, de modo a otimizar o poder comunicativo.

2.3.10. Documentar todo o processo

Durante todo o processo de avaliação, é necessário ter o cuidado de recolher os documentos e outras provas consideradas necessárias. Tais documentos funcionam como provas ou evidências do que consta no relatório. É vantajoso que a avaliação tenha um apoio documental sólido, ao qual se possa recorrer para eventual verificação ou comprovação das conclusões. Perante dúvidas, ou necessidade de confirmação, esses documentos poderão sempre ser consultados, uma vez que se encontram como Apêndices do relatório final. Ou seja, com base na documentação, a análise pode ser repetida sempre que necessário.

2.3.11. Estimativa dos custos, duração e recursos humanos

Também terá de estar previsto, no plano de avaliação, o cálculo do custo da operação, uma previsão da sua duração e uma previsão do número de pessoas necessárias para executar o plano. Há custos necessariamente associados a uma avaliação, pois serão usados materiais e recursos para o efeito, será despendido muito tempo (normalmente ocupado com outras tarefas), e será, porventura, necessário contratar alguém para ajudar na tarefa. O tempo necessário para realizar a avaliação deve estar previsto num cronograma que permite visualizar os períodos que correspondem a cada tarefa (desde o início da conceção do Plano de Avaliação até à entrega do relatório final aos destinatários da avaliação). Em termos de recursos humanos, tratando-se de uma BE, é necessário formar uma equipa que auxilie o Professor-Bibliotecário.

2.3.12. Estudo-piloto

Para ter a certeza que o desenho do Plano de Avaliação está coerente e se vai comportar bem no terreno no momento em que for executado, Clayton & Gorman (2007) aconselham que se faça um estudo-piloto numa pequena amostra. O objetivo é experimentar os nossos instrumentos e garantir que com eles conseguimos recolher os dados pretendidos. Se o teste

do estudo-piloto indicar que há algumas insuficiências e incoerências, fazem-se então os últimos ajustes no Plano de Avaliação.

2.4. Plano de Avaliação e as suas fases

Segundo Clayton & Gorman (2007), as etapas de um processo de avaliação das coleções não diferem muito das etapas clássicas de uma investigação quantitativa. Mesmo desenhando-se um ajuste à natureza específica das coleções de uma biblioteca, o processo de análise de uma coleção assemelha-se, em grande modo, ao processo de uma investigação quantitativa. Do mesmo modo, o plano de avaliação terá de refletir essas fases e etapas da investigação de cariz científico.

2.4.1. Fase Conceptual

A fase conceptual da avaliação consiste no período inicial, ainda essencialmente teórico, em que o responsável pela avaliação estabelece as bases da avaliação. As tarefas a realizar, que terão de ficar claramente consolidadas no plano de avaliação, são as seguintes:

- determinar os objetivos geral e específicos(s) da avaliação;
- formular hipóteses que, no final da avaliação, vão ser confirmadas ou não;
- ler exaustivamente os anteriores relatórios de avaliação;
- consultar os dados recolhidos em avaliações anteriores;
- reunir os dados estatísticos diários;
- decidir quais os dados (e que tipo de dados) vão ser recolhidos durante a avaliação;
- determinar os destinatários da avaliação;

2.4.2. Fase Metodológica

A fase metodológica da avaliação é a fase intermédia em que se procura ajustar, ao propósito da avaliação (ou seja, ao objeto de estudo), uma estratégia metodológica adequada, o que implica o desenho de um plano de avaliação, bem como a escolha das técnicas de recolha de dados (o que pode exigir a própria construção de instrumentos de recolha de dados) e a escolha das técnicas de análise de dados. As tarefas a realizar, que terão de ficar claramente consolidadas no plano de avaliação, são as seguintes:

- seleção dos métodos ou técnicas de recolha de dados;
- seleção das técnicas de análise de dados;
- definição da amostra (quando necessário);
- decidir como os resultados serão usados, apresentados e disseminados;
- fazer uma estimativa dos custos da avaliação;
- fazer um cronograma
- fazer uma estimativa dos recursos humanos necessários;
- realizar um estudo-piloto.

A fase metodológica conclui-se no momento em que o Plano de Avaliação esteja formalmente redigido e seja já possível executá-lo.

2.4.3. Fase Empírica

A fase empírica da avaliação corresponde à execução do Plano de Avaliação anteriormente desenhado, sendo, por isso, o momento em que vai ser feita a colheita de dados, a sua organização e, por fim, a sua análise. Terminada a aplicação dos métodos e obtidos todos os dados necessários, é necessário fazer uma análise interpretativa dos mesmos, ou seja, a avaliação propriamente dita. Por fim, é preciso apresentar e comunicar os resultados através de um relatório, ao qual será colocada em “Apêndice” toda a documentação relevante do processo de avaliação.

2.5. Relatório da Avaliação

O produto de um processo da avaliação da coleção é um relatório de avaliação. O relatório deve seguir as linhas gerais das boas práticas na produção de relatórios. Deverá explicar o propósito da avaliação realizada, os métodos usados e os problemas detetados. Deverá incluir todos os comentários pertinentes ao que se descobriu sobre a coleção no curso da avaliação. A apresentação dos dados não se poderá resumir apenas a texto corrido e deverá incluir representações gráficas.

2.6. Recomendações do Relatório

A parte mais importante do relatório são as conclusões a que se chegou. É aí que são indicadas as recomendações que integrarão o Plano de Atuação, desejavelmente a curto prazo.

3. Métodos Para Avaliação de Coleções

Existem duas abordagens possíveis, ou dois grandes grupos de métodos a que é possível recorrer para realizar a avaliação de uma coleção. Em primeiro lugar, os métodos centrados na coleção; e, em segundo lugar, os métodos centrados no uso (“use” ou “user”) da coleção (também intitulado “método centrado no utilizador”). Se durante muito tempo os peritos desta área de especialidade consideraram que ambos os métodos eram igualmente válidos e úteis, recentemente aumentou a preferência pelos métodos centrados no uso (estudos do uso). Clayton & Gorman (2007) consideram que na era digital, dado que a biblioteca se torna cada vez mais híbrida, os estudos do uso se tornaram mais relevantes e úteis para avaliar a performance funcional de uma coleção.

3.1. Instruções para seleção de métodos

Para fazer o desenho do Plano de Avaliação, o responsável pela coleção pode selecionar os métodos que considera mais adequados ao propósito da avaliação. Assim, poderá escolher tanto métodos de carácter quantitativo, como métodos de carácter qualitativo, como uma combinação dos dois. É vital estar atento às vantagens e desvantagens de cada um dos métodos, pois cada qual tem as suas especificidades, de modo a conseguir “cobrir” exatamente a área que queremos estudar e onde vamos recolher dados.

3.1.1. Perspetiva quantitativa e perspetiva qualitativa

Alguns autores tendem a considerar que, com os métodos quantitativos, se está a medir (“measurement”), pois fornecem informação sobre quantidades e medidas; ao passo que com métodos qualitativos se está a avaliar (“evaluation”), pois tais métodos fornecem informação sobre o valor intrínseco da coleção. Porém, existem métodos de ambas as naturezas nas duas tipologias de métodos que temos à nossa disposição.

	Collection-Based	Use- or User-Based
Quantitative	Collection size/growth Materials budget size/growth Collection size standards and formulas	Interlibrary loan statistics Circulation statistics In-house use statistics Document delivery statistics Shelf availability statistics
Qualitative	List checking Verification studies Citation analysis Direct collection checking Collection mapping (assigning conspectus levels) Brief tests of collection strength	User opinion surveys User observation Focus groups

Distribuição dos métodos consoante natureza quantitativa ou qualitativa
Peggy Johnson, Fundamentals of Collection Development and Management, 2004, p.270

3.1.2. Questões de natureza ética

Os métodos centrados no uso (estudos do uso) levantam algumas questões éticas, pois obrigam, parcialmente, ao contacto com pessoas: os utilizadores. Quando o método selecionado obrigar a uma variante que implica o contacto (direto ou indireto) com o utilizador, é preciso ter presente os direitos do participante na avaliação e o sentido de responsabilidade do avaliador. Atenção sobretudo aos seguintes direitos do utilizador:

- Direito à não participação
- Direito à privacidade
- Direito ao anonimato
- Direito à confidencialidade

3.2. Métodos centrados no uso

Os métodos centrados no uso tomam a perspectiva do uso que os indivíduos fazem dos materiais da coleção. Portanto, preocupam-se em olhar quem usa os materiais, quantas vezes, que materiais mais usam, etc. Os principais métodos que podemos selecionar são os seguintes.

3.2.1. Estudos de circulação

Trata-se de um método que consiste no exame da circulação dos materiais da coleção (entendendo-se por circulação os movimentos de material por requisições formais que ficam registadas estatisticamente), o que permite determinar quais os materiais mais usados, os menos usados, identificar padrões de uso em áreas temáticas, identificar materiais favoritos em certos grupos de utilizadores.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Os dados podem ser facilmente organizados em categorias para análise.- Permite grande flexibilidade quanto à duração do estudo e quanto à dimensão da amostra.- As unidades de informação são facilmente quantificadas;- A informação é objetiva.- Acesso rápido aos dados através dos programas informáticos dedicados.- Possível a correlação entre tipos de utilizadores e tipos de materiais.	<ul style="list-style-type: none">- Poderão estar excluídos os materiais usados <i>in situ</i>, sem ser feito o devido registo dessa utilização (o que quer dizer não representa o uso real dos materiais da coleção).- Apenas representa o material descoberto pelo utilizador e não dá informação sobre o material que não encontrou ou que não existe.

3.2.2. Estudos de consulta *in situ*

Trata-se de um método que consiste na análise dos materiais usados espontaneamente pelos utilizadores dentro do espaço da biblioteca e que não entraram em circulação através de um registo formal (requisição ou empréstimo). Por essa razão é tão importante que o utilizador não recolha o material na estante, para que exista uma prova do seu uso, e que esse uso seja registado.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> - Possível a correlação entre tipos de utilizadores e tipos de materiais. - Combinando este método com os estudos de circulação sobre determinados sectores da coleção consegue-se uma análise profunda desse sector. - Muito útil para verificar quais os jornais mais usados e assim gerir as subscrições. 	<ul style="list-style-type: none"> - É necessária a cooperação dos utilizadores. - Se aplicado durante um período de alto-uso ou baixo-uso os resultados são inseguros. - Os materiais em circulação não conseguem ser, neste caso, contabilizados. - O método não revela as situações em que o utilizador não localizou ou não obteve a informação que pretendia.

3.2.3. Inquéritos de opinião

Trata-se de um método que consiste no questionamento direto do utilizador por meios vários (inquéritos, questionários, entrevistas, por escrito, presencialmente ou por telefone, email ou por janelas *pop-up* no catálogo da biblioteca numa página online, etc.) de modo a conhecer a perceção que o utilizador tem da coleção, ou seja, saber se na sua opinião a coleção da biblioteca corresponde às suas necessidades.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> - O inquérito permite relacionar diretamente as necessidades do utilizador com os objetivos da coleção. - Flexibilidade de conceção de inquirições simples e outras mais complexas. - A informação colhida reflete os interesses mais atualizados. - O inquérito é aplicável a vários tipos de utilizadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - O método implica uma procura ativa de resposta (que pode ser invasiva para o utilizador). - Os utilizadores que respondem ao inquérito podem ser passivos, desinteressados. - Os interesses dos utilizadores podem enviesar a política de desenvolvimento da coleção. - Dificuldade em desenhar a pergunta eficaz para cada tipo de público.

3.2.4. Estudos da disponibilidade na prateleira

Trata-se de um método que consiste em verificar se determinado material está ou não disponível, se o utilizador consegue localizá-lo ou não, ou até se existe na coleção ou não. Este método implica o registo de todos os pedidos não satisfeitos e a realização de questionários breves ao utilizador para saber que títulos procuraram e não encontraram.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> - Identifica falhas na procura de material por parte dos utilizadores. - Fornece dados sobre possíveis alterações nas políticas da biblioteca, no que respeita à coleção. - Pode ser usado repetidamente para medir mudanças na performance da biblioteca, no que respeita à coleção. 	<ul style="list-style-type: none"> - É necessária a cooperação do utilizador. - As necessidades de outros membros da comunidade (não utilizadores) não são detetadas. - Os utilizadores podem não se recordar dos títulos que procuravam e não encontravam.

3.2.5. Estudos do empréstimo interbibliotecas

Trata-se de um método que consiste em analisar os empréstimos entre bibliotecas para inferir daí os materiais que o utilizador quis usar e, não havendo, foi necessário pedir emprestado a outra biblioteca (ou o material não existia ou não havia um número de exemplares suficiente).

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Os dados são de fácil acesso.- Estes registos podem indicar pontos fracos na coleção.	<ul style="list-style-type: none">- Dificuldade de interpretação pois representam o pedido apenas de uma pessoa.- Escapam os utilizadores que não fizeram o pedido interbibliotecas e se dirigiram diretamente a outra biblioteca.

3.2.6. Estudos da citação (simulação do uso)

Trata-se de um método que não envolve os utilizadores, mas que simula o pedido de utilizadores, e que consiste na análise das citações bibliográficas mais usadas em trabalhos de alunos, de modo a identificar títulos que não se encontram na coleção, o que indica desde logo uma necessidade que não foi satisfeita e que foi compensada com o acesso a outra biblioteca. O foco está nas citações mais frequentes, que indicam um título importante e que, por isso, deveria constar da coleção da biblioteca.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- As listas de citações são facilmente obtidas através dos trabalhos dos alunos.- Os procedimentos são fáceis.- São identificados materiais importantes que não constam na coleção.	<ul style="list-style-type: none">- O método fica limitado pelo número de alunos que realizam trabalhos escritos.- As citações estão circunscritas à temática do trabalho.- Não se consegue chegar a informação útil se os alunos não usarem outras bibliotecas.

3.2.7. Teste de entrega de documento (simulação do uso)

Trata-se de um método que não envolve os utilizadores, mas que simula o pedido de utilizadores, sendo os funcionários a realizar a pesquisa para verificar se determinado material está ou não disponível, se está no local em que devia estar e quanto tempo demora a encontrar o título.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Medida objetiva da capacidade de a coleção satisfazer a procura.- Os dados podem ser comparados entre bibliotecas se se usarem idênticas listas de títulos.	<ul style="list-style-type: none">- Poderá ser difícil criar listas representativas.- Os auxiliares têm experiência e poderão não detetar as dificuldades de utilizadores inexperientes.

3.3. Métodos centrados na coleção

Os métodos centrados na coleção estão focados nos materiais da coleção e pretendem examiná-la em termos de tamanho, alcance, profundidade e significado. Portanto, obter conhecimento sobre coleções inteiras, segmentos de coleções e estudos comparativos entre coleções. Os principais métodos que podemos selecionar são os seguintes.

3.3.1. Comparação com listas

Trata-se de um método comparativo, em que de um lado está o catálogo total da nossa coleção e do outro estão listas de títulos (“checking lists”, catálogos ou bibliografias) que sejam adequadas às características e aos objetivos da nossa coleção, e seguidamente determinar a percentagem de obras que coincidem nas duas listas e a percentagem das obras que diferem.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Há uma variedade de listas disponíveis (abrangentes, especializadas, gerais, populares, de investigação).- Muitas listas têm o selo de peritos das matérias e de bibliotecários experientes.- Listas deste género são frequentemente revistas e atualizadas.- É muito fácil avaliar a coleção por estes meios comparativos.- O exame das listagens aumenta o conhecimento da literatura existente nos avaliadores.	<ul style="list-style-type: none">- As listas existentes podem já ter sido usadas como listas de aquisições.- Alguns títulos podem já estar descontinuados.- Nenhuma lista singular consegue cobrir todas as temáticas e necessidades.- Em certas áreas temáticas poderá ser difícil encontrar listas de títulos.

3.3.2. Exame direto da coleção

Trata-se de um método simples que consiste no exame físico e direto das estantes acessíveis aos utilizadores para verificar a variedade de livros (e inferir daí sobre a magnitude da coleção), bem como para verificar o estado de conservação dos livros. Um método apropriado a coleções pequenas.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Pontos fracos e fortes da coleção podem ser avaliados rapidamente.- O método pode ser aplicado a qualquer coleção.- Múltiplos objetivos podem ser alcançados na mesma operação: identificar livros para restauro, manutenção, substituição e abate.	<ul style="list-style-type: none">- O examinador tem de ser um perito extraordinário em vários assuntos.- Pode não produzir dados quantitativos e comparáveis.- Se não feito em computador é um processo muito demorado e oneroso.

3.3.3. Comparações estatísticas

Trata-se de um método que consiste na recolha de dados estatísticos (várias vezes por ano e ao longo de vários anos) para sistematicamente estabelecer comparações com as estatísticas de outras bibliotecas semelhantes e em aspetos concretos que interessa avaliar.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Se os dados estatísticos forem precisos, podem providenciar dados quantitativo e objetivos.- Se as várias medidas foram claramente definidas, as estatísticas podem ser comparadas e ter significado.	<ul style="list-style-type: none">- É difícil contabilizar produtos não impressos ou conjuntos.- O significado das estatísticas nem sempre é óbvio.- Podem existir imprecisões nos registos existentes referentes a anos anteriores.

3.3.4. Aplicação de normativas

Trata-se de um método que consiste na comparação do catálogo da coleção com as recomendações quantitativas e qualitativas de normas nacionais e internacionais (como sejam as normas da ALA, da IFLA, da ISO ou da União Europeia, entre outras).

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- As normas internacionais são símbolos de prestígio e qualidade.- Muito úteis na comparação de tipos similares de coleções.- Enorme capacidade de persuasão quando se pretende angariar apoios financeiros para a biblioteca.	<ul style="list-style-type: none">- Necessita de pessoal qualificado para a sua aplicação e acompanhamento.- Algumas normas são muito gerais e são difíceis de aplicar em coleções específicas.- Os mínimos propostos pelas normas são muitas vezes vistos como suficientes.

3.4. Tendências atuais na avaliação da coleção

Segundo Clayton & Gorman, “if we view collections as a means of meeting service priorities, then it becomes irrelevant whether we are using collection-centered or user-centered methods, and in fact a combination of methods often gives the most adequate picture of the health and value of a collection” (Clayton & Gorman, 2007, p.181). Portanto, hoje em dia, com a necessidade de adequar a coleção às necessidades dos clientes, perdeu relevância a escolha separada de métodos centrados na coleção ou de métodos centrados no uso, sendo mais adequada e eficaz a combinação dos dois tipos de métodos.

Afirmam também que há hoje uma tendência para se focar a avaliação da coleção em cinco elementos: dimensão (quantidade); utilização; acesso; idade; condição. Ora, estes cinco elementos fornecem sobretudo informação quantitativa sobre a coleção. Mas têm a vantagem de se adaptar bem a recursos que não são só físicos, mas também digitais, para além de se inscreverem facilmente no uso de modernas ferramentas digitais de avaliação, como seja o mapeamento quantitativo da coleção.

3.4.1. Mapeamento quantitativo da coleção (collection mapping)

Segundo Kay Bishop, “collection mapping is a visual display of the strengths and weaknesses of a library collection” (Bishop, 2007, p.155). Trata-se de um mapa visual organizado por classes/subclasses que permite fazer leituras gráficas da coleção, ou de sectores da coleção, de acordo com qualquer um dos cinco elementos que se deseja focar (dimensão ou quantidade; utilização; acesso; idade; condição). Um mapa de coleção apresenta informação quantitativa, embora as análises geradoras desses dados possam incluir abordagens qualitativas. Desta forma, o mapa de coleção faculta informação como seja o número de recursos por cada classe/subclasse da coleção, média de idade dos recursos, média de livros por estudante, etc.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">- Um mapa de coleção pode ser lido e compreendido facilmente.- Um mapa de coleção evidencia as relações percentuais entre as classes (e, eventualmente, subclasses).- Proporciona a comparação quantitativa com outras coleções que servem a mesma tipologia de utilizadores.- Proporciona a comparação com indicadores institucionais, como é o caso da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).	<ul style="list-style-type: none">- Não permite uma abordagem qualitativa.- Pode, eventualmente, gerar falsas interpretações se apenas valorizarmos a quantidade e pretermirmos a qualidade.

Referências Bibliográficas

- ALA (1989). *Guide to the evaluation of library collections*. Collection Management and Development Series, 2.
- Baumbach, D. J. & Miller, L. R. (2007). *Less is More: a practical guide to weeding school library collections*. ALA editions.
- Bishop, Kay (2007). *Evaluation of the collection. The Collection Program in Schools* (4th ed.). Libraries Unlimited, pp. 141-159.
- Bushing, M.C. (2006). Collection Mapping – An evolving tool for better resources and better access. Computer Science. Journal.fi. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Collection-mapping-An-Evolving-Tool-forBetter-and-Bushing/49018e71ad6eb39f209b4ee7972b2e731fd2b774>.
- Clayton, Peter & Gorman, G.E. (2001). *Collection evaluation and review. Managing Information Resources in Libraries*. UK: Facey Publishing, pp. 160-185.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica. Fundamentos Métodos e Técnicas* (4ª ed.). Instituto Piaget.
- Golden, H. & Malcolm, P. (2009). *A Guide to Developing a Collection Plan*, The Library Development Guide Series (6), Southern Ontario Library Service.
- Johnson, Peggy (2004). *Fundamentals of Collection Development and Management*. USA: American Library Association.
- Nunes, M. B. (2018). *Bibliotecas escolares gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções na era digital*. Rede de Bibliotecas Escolares – Ministério da Educação.
- Sánchez de Boado, Angels Massísimo i (2002). Evaluación de Colecciones en las bibliotecas Universitarias (I). Métodos basados em el estudio de la colección. *Anales de Documentación*, n.º 5, pp. 245-272.
- Sánchez de Boado, Angels Massísimo i (2004). Evaluación de Colecciones en las bibliotecas Universitarias (II). Métodos basados em el uso de la colección. *Anales de Documentación*, n.º 7, pp. 171-183.
- Santos, Vespertina F.S.C. (2008). *Problemática de gestão e desenvolvimento de coleções de Bibliotecas Escolares – Desafios emergentes*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Orientação: A. I. Vasconcelos e M. J. Barrulas. Departamento de Ciências da Educação, Universidade Aberta.